CEJUSC-JT 2º GRAU – TRT 18º REGIÃO

CAFÉ COM REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS E EMPRESARIAIS 16 de agosto de 2024

CONTEXTO:

Ministro Barroso: Poder Judiciário visto como o espaço onde todos os conflitos sociais são resolvidos, a"judicialização da vida", comparável a uma "guerra de trincheiras," onde o Judiciário se torna o campo de batalha para disputas sociais e políticas, o que aumenta a complexidade e a carga de trabalho dos magistrados

Gilmar Mendes: "deixamos a solução judicial como que solução única" (2016)

- RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS 2023:
- 83,8 milhões de processos em andamento no sistema judiciário (aumento de 9,4% em relação ao ano anterior)
- Foram julgados 33,2 milhões de casos, o maior volume já registrado na série histórica do relatório
- Em 2023, cada juiz brasileiro julgou, em média, 2.063 processos
- Em 2023 havia 18.117 magistrados em atividade
- A taxa de congestionamento na fase de conhecimento foi de 55,5%. Mais da metade dos processos nessa fase permanecem sem uma decisão final
- A duração do processo foi 4 anos e 7 meses, em média

JUSTIÇA DO TRABALHO 18ª REGIÃO

A Justiça do Trabalho se destacou como o ramo do Judiciário que mais realizou conciliações em 2023.

Aproximadamente **20,2% dos casos** foram solucionados por meio de acordos. Esse índice foi ainda mais elevado na fase de conhecimento de primeiro grau, atingindo **36,5%**.



O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT 18), alcançou um percentual de conciliações de **26,8%**. Este foi o maior índice de conciliações em todo o Poder Judiciário brasileiro para o ano de 2023

HISTÓRIA DA CONCILIAÇÃO NO TRT 18

- Câmara Permanente de Conciliação 2º Grau –
 2008
- Portaria de Juiz de Vara anulação das sentenças de revelia e arquivamento – art. 764, § 1º, CLT.
- CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA – criado em junho 2013 pelo Desembargador Aldon do Vale
- Resolução nº 29, de 18.04.17
- CEJUSC/JT 2: Instituído pela Portaria TRT18 № 1022, de 14.04.2023



Meta 9 consiste em integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário. Ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos ODS da Agenda 2030



INSTITUTOS JURÍDICOS DE SUPORTE À DESJUDICIALIZAÇÃO

•) Homologação de Transação Extrajudicial - instituto previsto no art. 855-B da CLT, que permite às partes formalizarem um acordo fora do processo judicial, submetendo-o à homologação da Justiça do Trabalho.

• 2) As Reclamações Pré-Processuais (RPP) em Dissídios Individuais e Coletivos, previstas na Resolução 377 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), de 22.03.2024, são instrumentos utilizados na Justiça do Trabalho para tentar resolver conflitos antes que eles se tornem processos judiciais

CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS - CEJUSC-JT/2º GRAU

 Instituído pela Portaria TRT18 № 1022, de 14.04.2023 e inaugurado na data da abertura da SNC – SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO, EM 22.05.2023, com a presença do Desembargador Presidente do TRT18, Geraldo Rodrigues do Nascimento, e do Ministro Vice-Presidente do TST, Aloysio Correa.

 Posse da Desembargadora Wanda Lúcia Ramos da Silva como coordenadora do CEJUSC-JT/2º Grau em 23.05.2023 ABERTURA DA
7º SEMANA
NACIONAL DA
CONCILIAÇÃO
TRABALHISTA –
22/05/2023

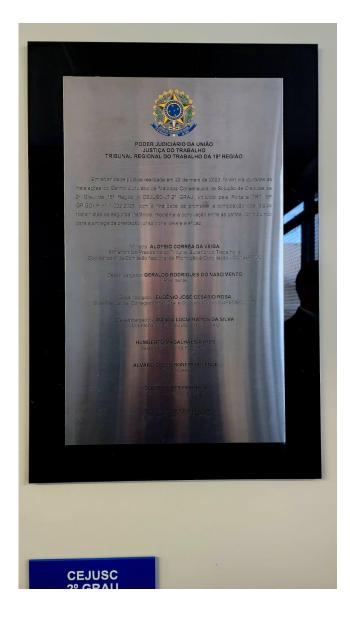


ACORDO EM PRECATÓRIO COM A PGE



INAUGURAÇÃO DO CEJUSC-JT/2º GRAU





POSSE COMO
DESEMBARGADORA
COORDENADORA DO
CEJUSC-JT/2º GRAU
23/05/23





REUNIÕES COM ADVOGADOS COM VISTAS AOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO - ACP



DADOS DO E-GESTÃO — ANO DE 2023/24 — CEJUSC 2º GRAU

- 2.788 processos na pauta
- 342 processos remetidos pelo TST
- Total de processos: 3.130
- Audiências realizadas: 3.000
- Acordos realizados: 812 (CEJUSCs) e 134 (TST) – total: 946
- Valor arrecadado:
- R\$ 77.44708785

- Equipe CEJUSC 2: coordenadora Wanda; conciliadores Itamar, Thiago e Zélia; estagiárias Mariana e Tainá
- Ranking: 3º lugar entre os Tribunais de médio porte na SNC 2024
- Prêmio no TST pelo 1º lugar entre os Tribunais de médio porte na Semana Nacional de Execução Trabalhista 2023

Acordos de Cooperação Técnica e FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DE APOIO

- Acordos de Cooperação Técnica Intermediados pela Secretaria Geral da Presidência:
- 1. BRF (assinado no dia da inauguração do CEJUSC e renovado hoje)
- 2. AGU
- 3. BANCO DO BRASIL
- 4. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- 5. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- 6. PGE-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- PAINEL CONCILIA: desenvolvido pela STI – Secretaria de Tecnologia da Informação
- Auxílio à triagem de processos favoráveis a um acordo
- Conciliadores e mediadores usam a ferramenta, conforme regras de negócio
- Gabinetes colaboram intimando as partes sobre interesse na conciliação